

De

PROJECTOS
ESPECIAIS
23 de Março de 2009

GESTÃO

e Recuperação de Créditos



Este suplemento faz parte integrante do Diário Económico n.º 4594 e não pode ser vendido separadamente.

Paula Figueiredo

Cerca de metade dos casos de dívidas é resolvido em 'call-centers' como este. Na foto, o da empresa Intrum Justitia.

Retrato das empresas que recuperam dívidas

Numa altura em que as dívidas aumentam, surgem e consolidam-se as empresas que as recuperam. Em 2008, estas empresas conseguiram aumentar o valor recuperado.

Pág. 3
FORUM: COMO ESTÁ A CRISE A AFECTAR AS EMPRESAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Pág. 5
"NÚMERO DE PEDIDOS DE AJUDA DUPLICOU", DIZ, EM ENTREVISTA, NATÁLIA NUNES, DA DECO

Pág. 6
OS PIORES PAGADORES DA EUROPA: PORTUGAL NO TOPO DA TABELA

Pág. 11
"CULTURA DE ENDIVIDAMENTO TEM 12 ANOS", AFIRMA ANTÓNIO GASPAR, DIRECTOR EXECUTIVO DA APERC

Sucesso nas recuperações a descer

O INCUMPRIMENTO DOS DEVEDORES tem aumentado, mas a taxa de sucesso da recuperação de crédito tem diminuído.

Carla Castro
ccastro@economicasgpps.com

O volume de recuperações de dívidas deverá ter aumentado 10% a 15% em 2008, embora a taxa de sucesso possa vir a ser inferior à de 2007. Quem o diz é António Gaspar, director executivo da associação que representa em Portugal as empresas de recuperação de créditos, a APERC (ver entrevista na página 10).

O montante recuperado em 2007 pelos associados da APERC em Portugal - cerca de 420 milhões de euros - vai ser, de acordo com o responsável, superado por dois motivos: "primeiro porque o número de associados em 2008 foi substancialmente superior ao de 2007 e depois porque 2008 teve quatro meses maus, que foram os últimos, mas teve oito meses relativamente bons". No ano passado entraram para a associação oito novas empresas, contando a APERC com um total de 27 companhias de gestão e recuperação de créditos. Os valores exactos relativos a 2008 só chegam no final deste mês, altura do fecho das contas.

O responsável da APERC não deixa de salientar que há mais trabalho, ou seja, mais processos para recuperação, mas o grau de sucesso é menor. "A questão está ligada ao grau de dificuldade que a crise económica veio colocar sobre as famílias e à dificuldade crescente que o desemprego naturalmente potencia em resolver as situações de incumprimento", sublinha. Ou seja, por um lado há mais cidadãos em incumprimento e, por outro, é cada vez mais difícil recuperar as dívidas.

Para 2009, as expectativas do responsável da associação -

A crise e o desemprego vieram potenciar as dificuldades em resolver as situações de incumprimento.

são muito pessimistas: "este ano de 2009 vai ser um desastre completo. Vai ser bem mais fraco do que os anos anteriores".

Mais optimistas estão alguns presidentes de empresas de recuperação de créditos que responderam ao Diário Económico. Luís Sousa, presidente da Logicomer, diz que o acréscimo de 2008 "terá tendência a subir ligeiramente em 2009". Também Pedro Curto, director-geral adjunto da Coface, tem a mesma opinião: o crescimento de 2008 vai "seguir o mesmo rumo" em 2009.

Menos optimista está João Costa Reis, presidente da Domusvenda, uma das maiores empresas nacionais de gestão e recuperação de créditos, para quem, depois do aumento de 2008, as recuperações deste ano deverão ser inferiores.

Impacto da restrição do crédito na indústria

"A restrição de crédito que está a ser feita pelos bancos não deverá ter impacto nesta indústria, considera António Gaspar. "Penso que isso não é preocupante porque, se bem que possa haver daqui a quatro, cinco anos, um volume menor de incumprimentos, eles irão ser sempre suficientes para alimentar esta indústria da recuperação de dívidas extrajudicial".

Para o responsável da associação, o potencial de crescimento desta actividade, que trabalha essencialmente na área financeira, está no sector comercial. "A área financeira vai manter-se, mas se calhar, no longo prazo, por força do estreitamento da concessão de créditos, os montantes irão ser um pouco menores e será de facto a área comercial a grande fornecedora do sector em termos de recuperações", frisa.

À parte do negócio, a actividade destas empresas continua a lutar, por outro lado, em duas frentes de batalha já antigas: obter um enquadramento legal que não existe, por um lado, e, por outro, trabalhar a sua imagem no sentido de provar que as empresas associadas se regem por um código de boas práticas e se distinguem de muitas outras que actuam no mercado e não as cumprem. ■

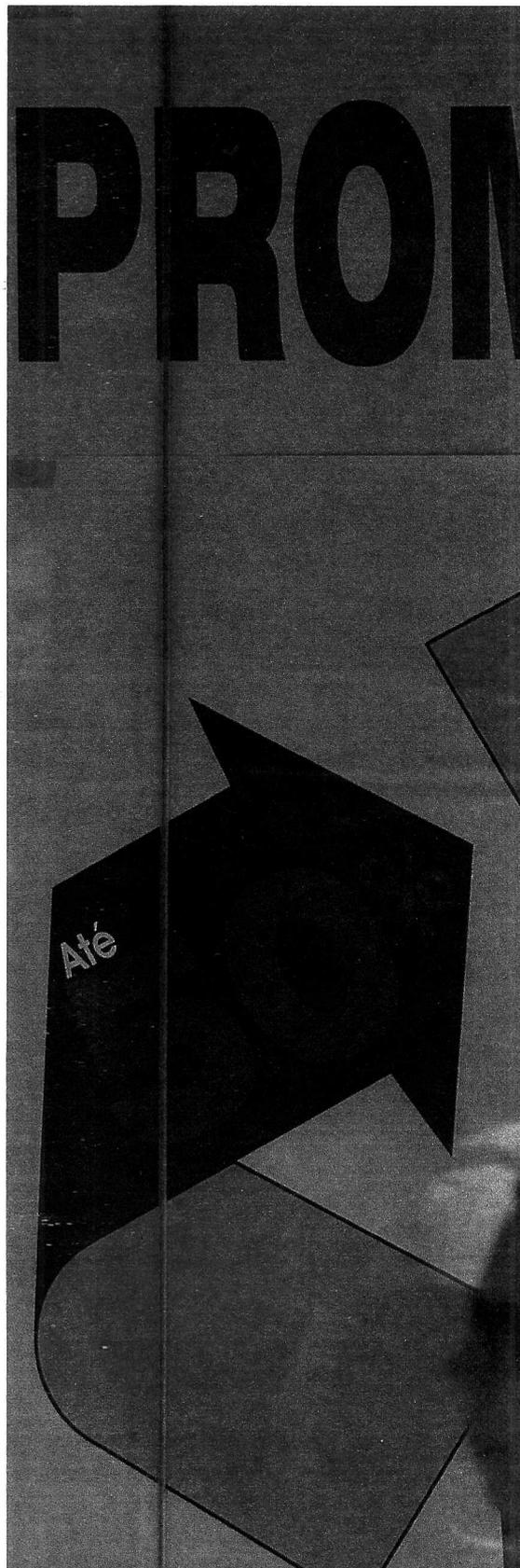
EUROS

Valor recuperado em 2008

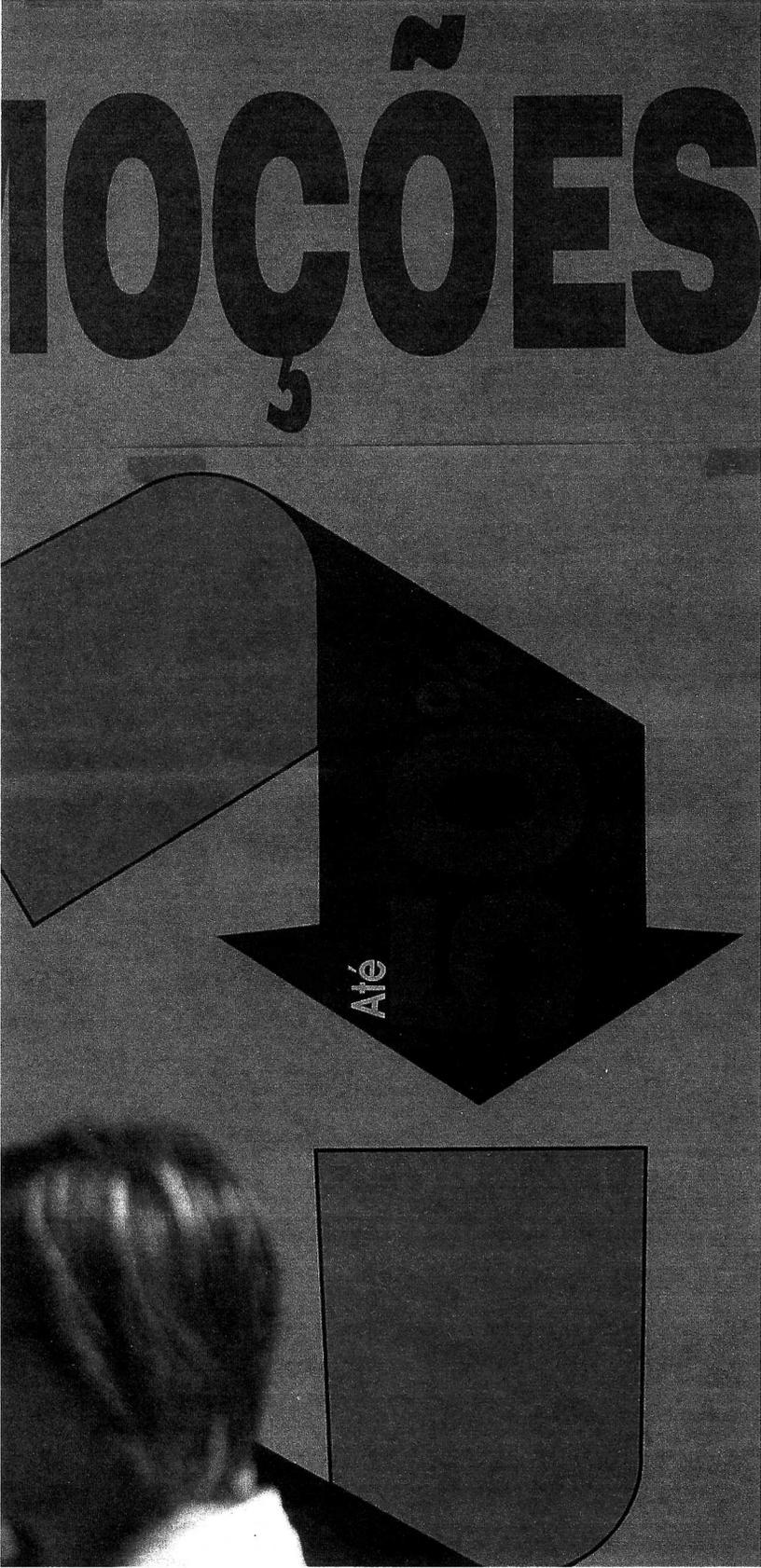
420 milhões

O despontar dos países emergentes

Os países emergentes estão a despontar para a recuperação de créditos. Particularmente no caso da Índia, a actividade está a expandir-se, sem algumas questões culturais que se colocam noutros países. É o caso da China, onde ainda é uma área muito nova e mal vista socialmente, pelo que é difícil encontrar quem se dedique a ela. Daí que a recuperação de créditos neste país esteja ainda a dar os primeiros passos, dado que têm que ser rompidas muitas barreiras culturais. O mesmo se passa no Médio Oriente. Já na América Latina, particularmente no Brasil, a indústria está muito bem montada e em contínuo crescimento.



O potencial de crescimento da actividade de gestão e recuperação de créditos pode



Rafael Alvarado Cortizo

FORUM EMPRESAS**Qual o impacto da actual crise e do desemprego no crédito malparado e na vossa actividade?****João Costa Reis**CEO
da Domusvenda

A crise teve consequências nos valores de aquisição das carteiras de crédito, a par dos valores no mercado internacional. A crise e os despedimentos tem repercussões ao nível do crédito em incumprimento, mas também é verdade que surgem novas soluções, na própria banca, para lidar com estas situações. As descidas das taxas de juros tem contribuído aliviar os encargos das famílias. [Mas] o malparado tem vindo a crescer.

João SobralCEO
da Comfira

A crise manifesta-se em duas frentes no nosso ramo de negócio. As sociedades financeiras vendem menos, agravando os seus rácios de crédito vencido para níveis próximos do inoportável, o que provoca constantes reestruturações nas metodologias internas de recuperação e provoca transtornos no tipo e volume de carteiras de crédito que nos confiam mensalmente. Por outro lado, os clientes devedores têm mais dificuldades em pagar, crescendo o número de devedores que não podem pagar na fase extrajudicial.

Luís SalvaterraDirector-geral
da Intrum Justitia Ibérica

A crise que o País está a viver afecta a nossa actividade de maneira diferenciada. Por um lado temos mais empresas a procurar os nossos serviços e os nossos clientes a enviar-nos mais casos para cobrar, por outro lado nota-se uma maior dificuldade em cobrar os créditos. O desemprego é uma das causas para a situação, já que leva a que as pessoas tenham mais dificuldades em cumprir os seus compromissos.

Luís SousaPresidente
da Logicomer

A influência que a vaga de desemprego tem na nossa actividade é positiva porque sempre trabalhamos numa franja com graves dificuldades. A única alteração na nossa actividade foi o aumento dos incumpridores. Quanto ao crédito malparado, está mais exposto porque a concessão está a baixar, embora existam mais pessoas a incumprir (...). Neste momento há uma grave crise da riqueza mas existem empresas que precisam de pessoas para trabalhar e não as conseguem.

Pedro CurtoDirector-geral adjunto
da Coface em Portugal

É notória a necessidade de maior flexibilidade na nossa actuação, não só pelos despedimentos, mas também pelo número de empresas que tem vindo a encerrar a sua actividade. A realidade é que hoje não estamos a dialogar com pessoas que não querem cumprir as suas obrigações, mas sim com quem não consegue efectuar os pagamentos dentro dos prazos. As próprias empresas devedoras encontram-se com necessidades na área da gestão de cobranças.

passar pelas dívidas ao comércio. Hoje, a maioria das empresas cobram as dívidas ao sector financeiro.

Malparado continua a aumentar

FAMÍLIAS A BRAÇOS COM O DESEMPREGO e empresas com dificuldades acrescidas de tesouraria não conseguem pagar as dívidas.

Carla Castro
ccastro@economicasgps.com

O crédito malparado disparou em 2008 e a tendência deverá manter-se. A explicação é simples: pagar as dívidas tornou-se uma dor de cabeça, tanto para as famílias como para as empresas. No caso das famílias o aumento do desemprego é o grande responsável. Já as empresas têm visto as suas receitas a cair, o que coincide com um excesso de endividamento, levando a cada vez maiores dificuldades em cumprir os compromissos assumidos com a banca. "Há cada vez mais cidadãos em incumprimento e é cada vez mais difícil recuperarmos os montantes que estão em dívida", afirma António Gaspar, diretor executivo da APERC, a associação portuguesa de empresas de recuperação de crédito.

No caso das famílias o malparado ia em perto de três mil milhões de euros em Dezembro de 2008, o que equivale a um aumento de 31% em relação ao período homólogo, de acordo com o Boletim de Estatística do Banco de Portugal. "O prazo de entrada em incumprimento é cada vez menor e também há, nos últimos anos, um acréscimo de produtos financeiros em incumprimento", acrescenta António Gaspar.

Já as empresas registavam 2,5 mil milhões de euros de cobrança duvidosa, o que representa um salto homólogo de 70%.

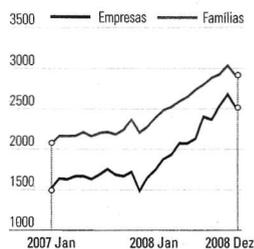
Este cenário não dá mostras de melhorar, mas os economistas acreditam que a tendência de subida do incumprimento não vai parar por aqui. Com a economia em recessão é mais difícil pagar os créditos.

No entanto, o ritmo de crescimento da cobrança duvidosa ul-

Os economistas acreditam que a tendência de subida do incumprimento não vai parar por aqui. Com a economia em recessão, é mais difícil pagar os créditos.

Evolução do malparado

O malparado de famílias e empresas disparou em 2008.



Fonte: Boletim de Estatística, Banco de Portugal

trapassou em larga escala o da concessão de empréstimos. E no que diz respeito às famílias, que já estão endividadadas até ao limite e devem no total 132,6 mil milhões de euros aos bancos, o ritmo de crescimento dos empréstimos está a abrandar. Em termos homólogos o aumento fica nos 4,2%. E com as más perspectivas para o mercado de trabalho (a previsão do Governo para a taxa de desemprego este ano está nos 8,5%) a expectativa é que se mantenha a tendência. "A primeira causa de entrada em incumprimento é claramente uma total ausência de avaliação do risco. Depois vem o desemprego, um divórcio e uma doença", sublinha o responsável. Já as empresas não estão ainda a refrear o ritmo de endividamento. O seu passivo com a banca em Dezembro de 2008 era de 115,8 mil milhões de euros, o que equivale a um aumento homólogo de 14%. No entanto, os economistas dizem que não é para investir, mas para refinarçar a dívida ou para gestão de tesouraria.

Depósitos bancários estão a aumentar

Também o Estado está a aumentar as suas dívidas ao exterior, ao contrário do que se passa com a banca. De certa forma, o Estado está a substituir-se à banca. Financia os apoios e as garantias bancárias com a emissão de dívida pública. Nos últimos três meses de 2008, o passivo do Estado português lá fora passou de 2,7 mil milhões de euros para 7,4 mil milhões.

Já no caso da banca verificou-se no último trimestre de 2008 uma redução da sua dívida, sendo que esta se financia principalmente no mercado internacional. A redução foi da ordem dos 15 mil milhões. O abrandamento do crédito faz com que não precisem de tanto financiamento e, por outro lado, os bancos estão a apostar mais no financiamento doméstico, através de captação de depósitos. E estes já estão a aumentar, até porque as taxas de juro também estiveram mais elevadas em 2008. Em Dezembro do ano passado, o valor colocado nos bancos aumentou 14,3% face ao mesmo mês de 2007. Outra explicação é a possível fuga de produtos financeiros devido à maior aversão ao risco e grande incerteza que se vive no país e na economia. ■

Cerca de metade dos casos são resolvidos por telefone. Na foto, o 'call center' da Intrum Justitia, em Lisboa.



COMO É O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO

1 2

ANÁLISE DE PORTEFÓLIO

■ Todos os processos são diferentes, mas exigem sempre uma análise do portefólio dos clientes que permita definir qual a metodologia mais correcta. Esta metodologia é definida com os clientes, sendo o processo entregue à equipa com o perfil mais adequado para gerir o caso.

CONTACTO TELEFÓNICO

■ A primeira abordagem é feita através de um 'call center'. Metade dos casos são resolvidos logo nesta fase, apesar de por vezes ser difícil o contacto. O esforço não compromete a delicadeza da missão. O discurso deve ter em conta o perfil do interlocutor e as características da dívida.

Recorde no atraso de pagamentos nos EUA

Uma em cada oito famílias norte-americanas - um valor recorde - terminaram o ano de 2008 com atrasos no pagamento das suas hipotecas, o que coincidiu com o agravamento da crise no mercado imobiliário e o aumento do desemprego, anunciou a semana passada a 'Mortgage Bankers Association'. "Há cada vez mais problemas com os empréstimos. Nos primeiros dois trimestres era apenas uma mudança, mas no quarto o problema agravou-se e está provavelmente ligado aos problemas da economia, como os despedimentos", afirma Jonathan Basile, economista do Crédit Suisse de Nova Iorque. Por outro lado, as novas encomendas feitas pelas fábricas norte-americanas caíram pelo sexto mês consecutivo. Segundo o Departamento do Comércio, as encomendas das fábricas caíram 1,9% em Janeiro, depois do declínio de 4,9% em Dezembro, que foi revisto, depois de anteriormente fixado em 3,9%.



Paulo Fernandes

NATÁLIA NUNES, RESPONSÁVEL PELO GABINETE DE APOIO AO SOBREENDIVIDADO DA DECO

“Número de pedidos de ajuda duplicou”

Desemprego é a principal causa.

Em que medida a crise está a agravar o sobreendividamento?
Nos dois primeiros meses do ano já fomos contactados por cerca de 2.500 famílias. O ano passado foram 1.176. Ou seja, o número duplicou.

Qual a principal razão que levou as pessoas a ficarem nesta situação?

A principal causa é o desemprego. E face ao cenário que temos de aumento da taxa de desemprego, concerteza que vamos chegar ao fim do ano com números muito preocupantes.

Quando é que uma família está sobreendividada?

Sempre que uma família soma as prestações mensais e o valor ultrapassa os 40% do seu rendimento, deve tomar algumas medidas e pedir ajuda às entidades de crédito no sentido de tentar reestruturar os seus créditos. Quando uma família é afectada com uma diminuição de rendimento, entra rapidamente em situação de ruptura. Foi o que aconteceu o ano passado com o aumento da Euribor.

Qual é o perfil do sobreendividado?

São normalmente casais, que têm entre os 35 e os 45 anos de idade, com o ensino secundário e um menor a cargo e que têm rendimentos mensais superiores aos 1.000 euros e que em regra estão multiendividados e têm entre três e 10 créditos. A seguir ao desemprego, outras causas que começam a aparecer com frequência são o não pagamento dos salários e também o corte nas horas extraordinárias. **Quais os casos mais comuns de incumprimento?**

As famílias quando chegam aqui já estão com todos os créditos em situações de incumprimento, inclusive o crédito à habitação, que era uma coisa que no início, quando nós começámos com o gabinete, não se verificava. E o incumprimento não é de um mês ou dois, mas de mais.

O que é que começam por deixar de pagar?

Primeiro os créditos pessoais e os cartões de crédito. O carro e a casa são os últimos. E agora existe

muita gente que nos vem perguntar sobre as consequências [legais] de estar em situação de incumprimento.

Os portugueses endividam-se para comprar o quê?

Hoje em dia é muito difícil perceber para que é que o crédito foi contratado. Muitas vezes é para fazer face às despesas do mês.

Isto é também um problema de cultura?

É um problema de falta de educação das famílias portuguesas. E tem a ver com o facto de vivermos numa sociedade de consu-

“O que estamos a verificar é que as pessoas estão mais sensibilizadas para a questão da poupança”, diz Natália Nunes.

mo. Tem que se apostar na introdução da temática de saber lidar com o dinheiro nos primeiros anos de escolaridade. E é necessário fazer mais em termos de restrição de alguma publicidade.

Com a crise, as pessoas estão mais sensibilizadas para o problema?

O que estamos a verificar é que as pessoas estão mais sensibilizadas para a questão da poupança.

Os portugueses são um povo incumpridor?

Os portugueses lidam há relativamente pouco tempo – desde o início dos anos 90 – com esta nova realidade do crédito. E o mercado do crédito também teve uma evolução muito grande. Por outro lado, os produtos de crédito têm cada vez uma linguagem mais técnica, são cada vez mais complexos. E as pessoas muitas vezes contratam sem saber o que estão a contratar. ■ C.C.

DE CRÉDITOS

3 4 5

CONTACTO POR ESCRITO

■ As etapas variam consoante o processo, metodologia decidida, mas também a empresa em questão. O contacto por escrito não é uma opção em todas as empresas de recuperação de créditos e é geralmente um recurso utilizado quando falha o contacto telefónico.

VISITA AO DOMICÍLIO

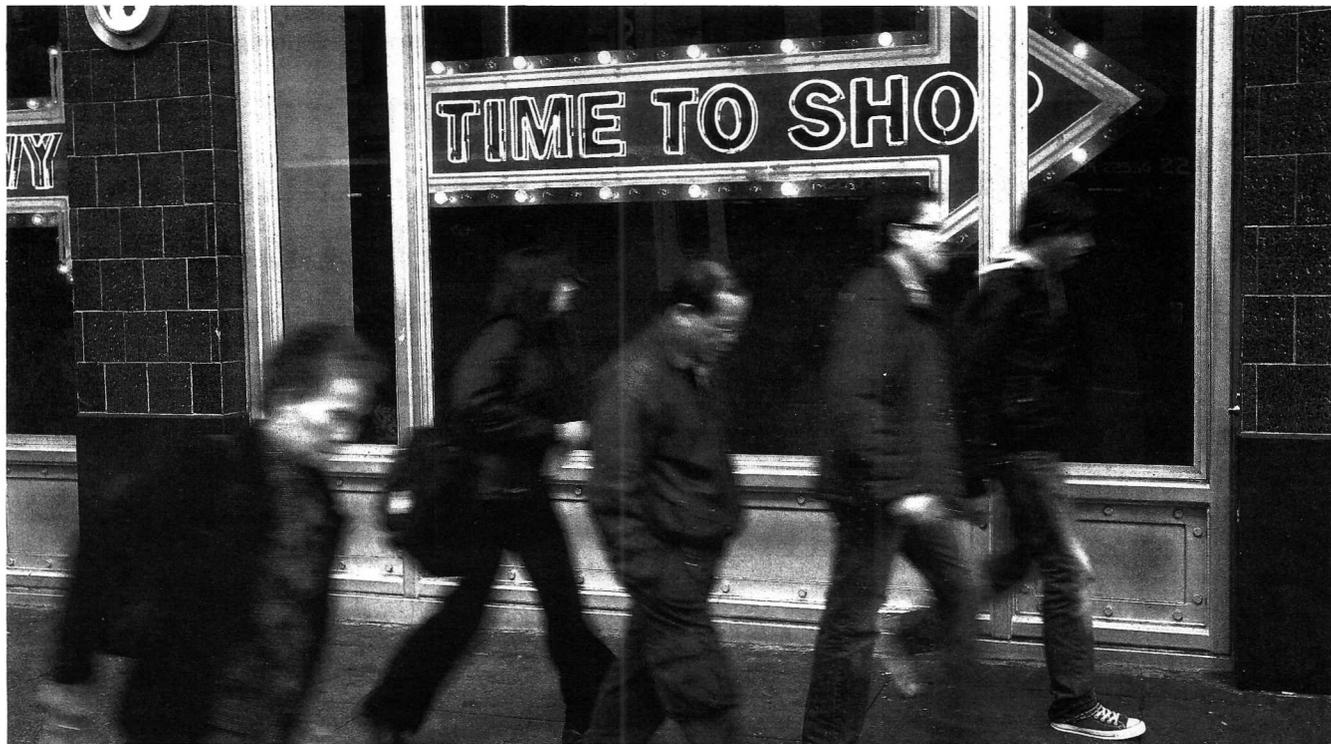
■ A visita do inspector de cobranças é a etapa a que se recorre quando todas as outras falham. A delicadeza destas missões obriga as empresas a prestarem grande atenção à formação dos seus profissionais, podendo esta ser dada pela empresa ou pela associação do sector.

AS COMISSÕES

■ Habitualmente, as empresas de gestão e recuperação de créditos cobram aos seus clientes por comissão. Mas há outros tipos de procedimento. Algumas empresas estabelecem uma taxa fixa por processo, acabando por cobrar, no final, uma comissão mais pequena.

Natália Nunes, responsável pelo Gabinete de Apoio ao Sobreendividado da Deco





Na Europa, os finlandeses são os que pagam mais a tempo. Na cauda da tabela, está Portugal, Grécia e Chipre.

Portugal no clube dos piores pagadores

O ESTADO É O PRINCIPAL RESPONSÁVEL. Ao lado dos portugueses surgem os cipriotas e os gregos. No extremo oposto estão os nórdicos, com a Finlândia à frente, revela o estudo 'European Payment Index 2008'.

Carla Castro
ccastro@economicasgops.com

Os portugueses estão na cauda da Europa no que diz respeito ao pagamento das dívidas a tempo e horas e o maior responsável é o Estado. A comparação com os outros países prova-o. Os portugueses são dos que demoram mais tempo a pagar as dívidas, segundo o estudo 'European Payment Index 2008', do Intrum Justitia Group feito junto de milhares de empresas de 25 países europeus. "Toda a gente sabe que o Estado é mau pagador. E não é só na área da saúde, que é a mais badalada", afirma António Gaspar, diretor executivo da APERC, a associação portuguesa das empresas de recuperação de créditos.

Por outro lado, os pagamentos perdidos, em Portugal, passaram de 2,5%, em 2007, para 2,7%, em 2008. A única melhoria foi na percentagem de recebimentos, que registaram um melhor balanço que em 2007, com 49,6% pagos em 60 dias.

As maiores culpas vão para o Estado português, onde a média de

duração dos pagamentos é maior: 138 dias, a seguir vêm as empresas, com 80 dias e, finalmente, os particulares, com 53 dias. "Se o Estado conseguisse pagar atempadamente tudo aquilo que é faturado, estou convencido de que muitas Pequenas e Médias Empresas (PME) não iam à falência", acrescenta António Gaspar. Até porque muitas destas pequenas empresas têm o Estado como único cliente, sublinha o responsável. A fazer companhia a Portugal na cauda da Europa no que diz respeito a maus pagadores, aparecem a Grécia e o Chipre. No outro extremo, passando para os melhores pagadores, temos os finlandeses, seguidos dos outros países nórdicos.

Com a crise, as previsões do estudo para o próximo ano não são animadoras: "os riscos de pagamento dos consumidores, empresas e autoridades públicas deverão deteriorar-se nos próximos 12 meses, apesar da estabilização que se verificou em 2007 a um nível pan-europeu".

Quem paga pior

- Portugal
- Grécia
- Chipre
- República Checa
- Hungria
- Espanha
- Polónia
- Itália

A incerteza económica que a Europa atravessou em 2008 devido à crise no crédito e subida dos preços do petróleo e dos alimentos indicam que vamos ter um período pela frente em que será ainda mais difícil pagar a tempo, conclui o 'European Payment Index 2008'.

Em vários países o risco de pagamento aumentou já o ano passado: Suíça, Espanha, Itália, Irlanda e França. Já os nórdicos mantêm-se com um baixo nível de risco de pagamento, enquanto o Reino Unido permanece relativamente estável. Ainda assim, e apesar da crise, a duração média dos pagamentos diminuiu na Europa: de 58,6 dias, em 2007, para 55,5 dias, em 2008. Portugal surge bem atrás desta média, com 91 dias de atraso. Já os atrasos nos pagamentos aumentaram de 16 dias, em 2007, para 17 dias, em 2008.

Tanto os consumidores como as empresas e o Estado contribuem para os incumprimentos, mas o sector público é o pior pagador

em muitos países – tal como em Portugal –, com os maiores atrasos de pagamentos.

Empresários portugueses são dos mais pessimistas

Continuando na análise europeia, também os pagamentos que se perdem aumentaram de 1,9%, em 2007, para 2,0%, em 2008. Os aumentos das perdas registaram-se em dez países. As perdas mais baixas registaram-se na Finlândia (0,6%) e a mais alta na Lituânia e República Checa (3%). Portugal surge aqui menos atrás na tabela, com 1,9%, ligeiramente acima de países como a Alemanha, a França e a Holanda (2%).

Em suma, mais de metade (55%) das empresas contactadas pelo estudo europeu responderam que esperam que os riscos de pagamento se mantenham altos nos países em causa, enquanto 30% acredita que o cenário será ainda pior daqui para a frente. Os empresários portugueses estão entre os mais pessimistas, ao lado dos húngaros, irlandeses e espanhóis. ■

Lei que enquadra o sector está em lume brando

À LUZ DA LEI ACTUAL, a recuperação de créditos é exclusiva de advogados e solicitadores.

Inês Queiroz
iqueiroz@economicasgps.com

É com alguma revolta que o director-geral da Associação das Empresas de Gestão e Recuperação de Crédito (APERC) fala do enquadramento legal se pretende venha a regulamentar a actividade da indústria de gestão e recuperação de crédito. Uma ambição que, segundo António Gaspar, parece ter ficado esquecida "na gaveta de Fernando Serrasqueiro", o actual secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor.

A questão é que a actividade de cobrança de créditos ou dívidas, que está consagrada na Lei n.º 49/2004, de 24 de Agosto - data após a qual foi constituída a APERC - é exclusiva para advogados e solicitadores. No entanto, tal não invalida a existência de inúmeras empresas que fazem deste o seu 'core business'. É que para abrir actividade de recuperação extra-judicial e amigável de dívidas basta ir ao registo comercial, pagar um capital social mínimo de cinco mil euros e definir o objecto social. Actualmente, só associadas da APERC são 27 empresas, que comungam entre si um código deontológico rigoroso na exigência de boas práticas no exercício da profissão.

De Ministério em Ministério

A questão do enquadramento jurídico desta actividade começou a ser tratada pelo Ministério da Justiça e, em 2007, "sem que soubéssemos por que razão, transitou para o Ministério da Economia, mais concretamente, para a Direcção Geral das Actividades Económicas (DGAE)", recorda António Gaspar.

Entre Julho e Agosto do mesmo ano, refere o mesmo responsável, a DGAE fez chegar à APERC um ante-projecto de decreto-lei para que os vários associados fizessem a sua apreciação e acrescentassem os seus comentários. Na altura, recorda ainda o director executivo da associação, fruto de uma vontade expressa de distinguirem as práticas das associadas da

APERC das de outras empresas com menos preocupações éticas no exercício da actividade "fizemos uma série de exigências". Entre estas, conta António Gaspar, a imposição de "um capital social muito forte", a exigência de que nenhum dos "directores, accionistas ou responsáveis destas empresas tivesse sido julgado e considerado culpado por alguma atitude que tivesse tido a ver directamente com recuperação de crédito" e ainda "que o seguro de responsabilidade civil fosse de um montante elevadíssimo". Um excesso de zelo que não encontrou eco junto da DGAE por levantar entraves à livre circulação do mercado.

Ainda durante esta fase do processo, o director-geral das actividades económicas concedeu uma audiência à APERC para se inteirar exactamente de quais as funções desta associação e, no final de 2007, fez transitar o processo para a Secretaria de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor.

À espera do momento oportuno

Desde essa altura até hoje, António Gaspar já perdeu conta das diligências que fez para ver o processo seguir o seu caminho. Desde a primeira audiência solicitada, por carta, a Fernando Serrasqueiro, em Fevereiro de 2008 e uma segunda audiência, pedida exactamente um ano depois, decorreram 12 meses de silêncio, pontuados por vários contactos com o gabinete do secretário de Estado.

Já este mês, a secretaria de Estado deu finalmente resposta ao segundo pedido de audiência da APERC, acusando a recepção da carta e adiando que o assunto será tratado no momento oportuno. "Foi a primeira resposta que eu tive até hoje," confessa António Gaspar.

Questionado pelo Diário Económico sobre quando será tratada a regulamentação legislativa da actividade de recuperação de créditos, o gabinete de Fernando Serrasqueiro foi pronto



Portugal é dos poucos países da União Europeia onde a actividade de recuperação de créditos não está regulamentada.

O Governo diz que "a questão está em estudo e irá para a frente quando for oportuno."

na resposta, mas igualmente conclusivo, adiando que "a questão está em estudo e irá para a frente quando o Governo considerar oportuno."

Novo regulamento ou adenda à já existente lei de Agosto de 2004, de forma a enquadrar juridicamente as empresas de gestão e recuperação de créditos, para o director executivo da

APERC, tanto faz, desde que ande para a frente. Até porque Portugal é dos poucos países da União Europeia onde esta actividade ainda não está regulamentada, e se tivermos em conta que é também aquele onde os prazos médios de pagamento das dívidas atingem os maiores atrasos, a questão torna-se ainda mais urgente. ■

Restrição de crédito vai abrir novas áreas de negócio

COFACE, COMFIRA E INTRUM JUSTITIA trabalham com não-financeiras, nomeadamente no controlo de facturação.

O negócio não é novo, mas está pouco explorado em Portugal. É que o grosso da clientela das empresas de gestão e recuperação de créditos pertence ao sector financeiro, sendo poucas as que se aventuram pelo sector comercial. No entanto, esta é uma das áreas que mais poderá vir a impulsionar o crescimento do sector, principalmente tendo em conta a actual política bancária de restrição à concessão de crédito, lembra António Gaspar, director executivo da Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Recuperação de Créditos (APEREC).

Entre as empresas que trabalham actualmente com o sector não financeiro destacam-se algumas

das maiores do sector, como a Coface que, como disse ao Diário Económico Pedro Curto, director-geral adjunto da empresa, “sempre teve um portefólio de clientes diversificado que abrange, simultaneamente, empresas dos sectores financeiros e não financeiro”; a Intrum Justitia que, desde que existe, em 1997, trabalha para o sector não financeiro e só há pouco tempo começou a trabalhar “para o sector de banca e finanças,” segundo revelou Luís Salvaterra, director-geral da Intrum Justitia Ibérica, ou ainda a Comfira.

Assumindo-se como uma empresa pioneira nesta área, a Comfira restringia, até há pouco tempo, o sector comercial ape-

“Não existem diferenças fundamentais relativamente ao serviço prestado às empresas do mercado financeiro e não financeiro.”

nas à actividade de outra empresa do mesmo grupo, a Bridgeteam. No entanto, desde há seis meses a esta parte começou a oferecer serviços complementares de configuração de facturação ao sector comercial, sob a própria marca Comfira, explicou ao Diário Económico João Sobral, o presidente do Grupo. Não se trata propriamente de recuperação de créditos em incumprimento mas de um serviço de controlo da facturação dos clientes que permite evitar esse mesmo incumprimento e reduzir mesmo os prazos de pagamento. “Os clientes chegam a ver reduzidos os prazos médios de 150 para pouco mais de 90 dias,” conta João Sobral, salien-

tando que só em seis meses a Comfira conta já com 34 clientes em áreas que vão das indústrias farmacêutica e química, ao sector de Higiene e Segurança no Trabalho ou à Publicidade.

De resto, a título de comparação “não existem diferenças fundamentais no serviço prestado às empresas do mercado financeiro e não financeiro. Apenas variam os prazos de gestão (mais alargados na área não financeira) e o reporte final, que na banca é praticamente diário e nos outros mercados é normalmente mensal. As tabelas de remuneração também são mais vantajosas no mercado não financeiro, sendo cerca de 25% superiores,” explica João Sobral. ■ **C.C.**

ENTREVISTA A ANTÓNIO GASPAR, DA ASSOC. PORT. DE EMPRESAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

“Cultura de endividamento tem 12 anos”

Os dados do Banco de Portugal não espelham a totalidade do malparado.

Inês Queiroz
iqueiroz@economicasgpps.com

Recuperar créditos perdidos não é tarefa fácil e tem sido ainda mais difícil, mesmo para as empresas que fazem da sua actividade a sua recuperação. Sobre as dívidas dos portugueses, a sua origem e os motivos da crescente dificuldade em saldá-las falou ao Diário Económico António Gaspar, o director executivo da Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Recuperação de Créditos (APERC).

O que é que levou à situação de endividamento das famílias a que assistimos agora?

Fazendo uma retrospectiva, o final da década de 80 foi particularmente doloroso para as instituições financeiras porque as PME tiveram um ‘crash’ o que teve como consequência crédito malparado. Então os bancos, numa tentativa de inverter a situação, viraram-se para os particulares. Entretanto, houve todo um conjunto de situações que conduziram a um mesmo ponto: o mercado de arrendamento não existia, os bancos queriam colocar crédito de muito bom risco, e, por outro lado, os portugueses com casa própria, na altura, não eram mais de 4% ou 5%. Além disso, as taxas de juro prometiam vir a ser extraordinariamente baixas, como se verificou depois. Estavam reunidos os condimentos. A banca, de uma assentada, injectava dinheiro nos construtores para fazerem casas e dava dinheiro aos particulares para as comprarem aos construtores. Tudo isto circulava e era perfeito. Só que se perdeu o controlo. Toda a gente se foi endividar e endividaram-se muito além da capacidade.

Quais são as áreas em que há maior incumprimento?

Vamos supor que há um agregado familiar que tem quatro créditos: hipotecário, automóvel, pessoal e cartão de crédito. O primeiro a cair é o pessoal. Depois é o cartão de crédito, seguido do automóvel e finalmente o hipotecário. Digamos que há uma hierarquização na entrada em incumprimento dos vários créditos que se contraem. Mas, o que se assiste de há um ano a esta parte, é que o ritmo de entrada em incumprimento dos mutuários é cada vez maior. O que eu vejo é que hoje os mutuá-

rios têm muito mais dificuldades. O prazo de entrada em incumprimento desde a concessão do crédito é cada vez menor e também há, nos últimos anos, um acréscimo de produtos financeiros em incumprimento.

Estamos perante um problema de falta de cultura financeira?

Nós estamos com uma cultura de endividamento que tem 12 anos. Portanto ainda estamos a caminhar para uma situação de consolidação. Eu diria que isto a que temos assistido são as dores de parto de um sistema não consolidado. Seguramente, dentro de 10 ou 20 anos estaremos a falar numa outra dimensão. E há outro factor que é importante referir. As pessoas que entram no mercado de trabalho, com 24 ou 25 anos, já têm uma perspectiva completamente distinta das que já têm 30 ou mais anos. Têm muito mais cuidados e já não se aventuram como se aventuraram os pais.

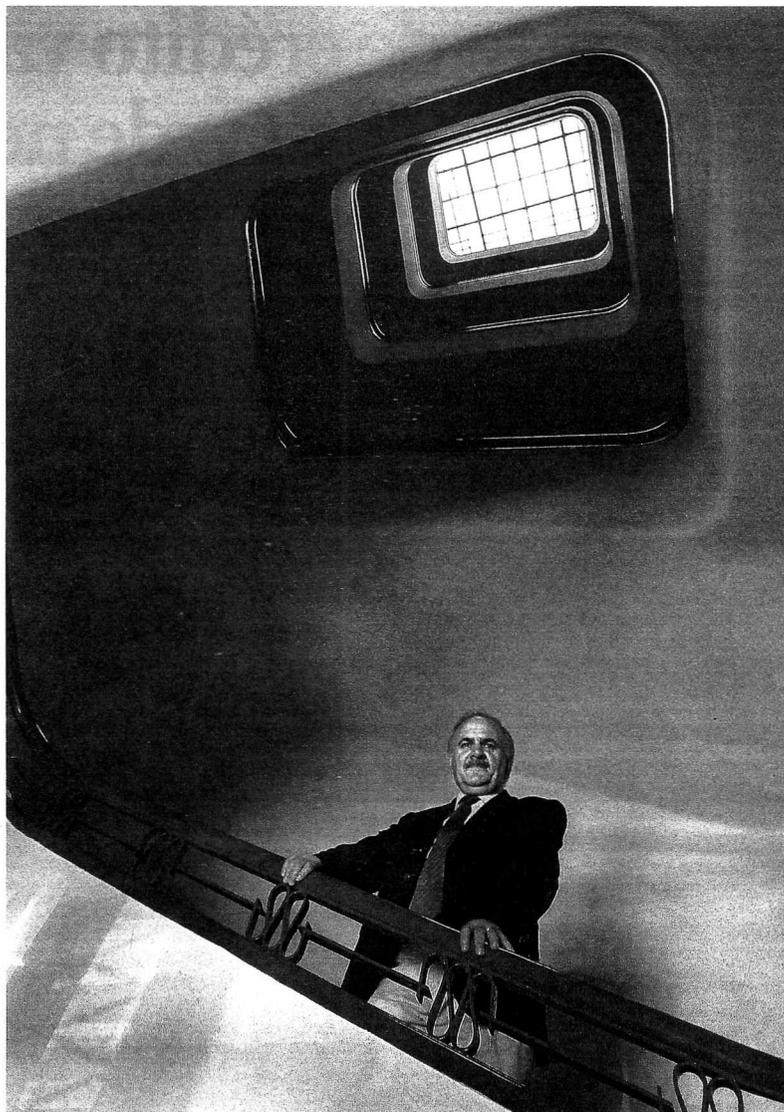
Os números publicados pelo Banco de Portugal sobre o crédito malparado espelham efectivamente a realidade?

Sim, mas estão por baixo. Ou seja, quando o Banco de Portugal comunica que o crédito vencido ou malparado cresceu X% de um mês para outro, isso é verdade e tem tendência a aumentar. Só que essa informação não espelha o valor dos ‘write-off’ mensais que cada banco faz, porque isto são valores que foram provisionados e não vêm no balanço dos bancos como crédito vencido, têm outra categoria contabilística, mas são importantes para nós percebermos exactamente qual é o montante global do crédito vencido.

De que modo é que a crise e a vaga de despedimentos está a agravar o problema dos créditos de cobrança duvidosa e a influenciar a actividade das empresas de gestão e recuperação de créditos?

Os nossos associados têm mais processos para resolver, mas cada vez mais, de uma forma paralela, têm muito mais dificuldades em obter resultados. Ou seja, todos meses entram mais processos para recuperação, mas todos os meses o grau de sucesso é menor. Como correu o ano de 2008 para as associadas da APERC?

Ainda não há números disponíveis mas, segundo as perspectivas que tenho, o número de pro-



O director executivo da APERC considera que a actual crise veio dificultar os processos de recuperação dos créditos.

Cada vez mais os nossos associados têm mais processos para resolver, mas também cada vez mais, de forma paralela, têm mais dificuldades em obter resultados.

cessos que os nossos associados resolveram em 2008 e o montante superado vão ser superiores aos de 2007 por dois motivos. Primeiro porque o número de associados o ano passado foi superior ao do ano anterior e depois porque 2008 teve oito meses relativamente bons.

Quais são as perspectivas para 2009?

Apontamos para um crescimento em termos de volume de montantes recuperados e de processos, entre 10% e 15%. Agora isto não quer dizer que os lucros tenham crescido. Estou convencido que a taxa de sucesso dos nossos associados em 2008 vai ser inferior à de 2007. É que, apesar de 2008 ter tido só quatro meses maus, foram suficientemente maus para alterar, no aspecto qualitativo, a eficácia dos serviços prestados. E 2009 vai ser bem mais fraco do que os anos anteriores. ■

PERFIL

ANTÓNIO GASPAR

■ Foi na área financeira de António Gaspar construiu a sua carreira, um percurso que lhe garante uma vasta experiência na área do endividamento dos particulares, tema ao qual dedicou a sua tese de doutoramento, em 2002. Nascido em 1957, António Gaspar fez licenciatura, mestrado e doutoramento em Economia. Esteve 18 anos ligado ao Banco Santander, onde desempenhou funções na alta direcção, tendo sido ainda, durante nove anos, director bancário no Credit Lyonnais. É, há oito anos, docente universitário no Instituto Superior de Economia e Gestão e no Instituto Superior de Economia Bancária.